MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS**Majoria General da Armada****1.ª Repartição**

Attendendo a que os aspirantes de 1.ª classe a machinistas navaes Antonio Gomes Ferreira Soares de Mesquita e Carlos Rodrigues Miranda, terminaram o seu tirocinio para a promoçào ao posto actual em 26 de dezembro de 1908:

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministerio da Marinha e Colonias, que lhe seja contada antiguidade neste posto desde 26 de dezembro de 1908.

Paços do Governo da Republica, em 19 de maio de 1911.—O Ministro da Marinha e Colonias, *Amaro de Azevedo Gomes*.

Direcção Geral de Marinha**2.ª Repartição**

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa, a quem foi presente o requerimento de João José de Jesus, que tambem assina João José de Jesus Gomes Rosa, concessionario do local denominado «Lage da Ramella», na zona da costa comprehendida entre Pombeira e Oitavos, em Cascaes, districto maritimo da capitania do porto de Lisboa, para a pesca da sardinha por meio de armação fixa á valenciana, pedindo que seja approvada a transferencia da concessão do referido local para a sociedade, em nome colectivo, sob a firma Jesus & C.ª, conforme a escritura, que apresenta, lavrada em 14 de março findo;

Tendo em vista o disposto no regulamento geral da pesca da sardinha nas costas de Portugal, approvado por decreto de 14 de maio de 1903 e mais disposições em vigor, especialmente o decreto de 7 de março proximo passado e a portaria de 2 de maio corrente referentes ás armações que lançam naquella zona da costa:

Ha por bem, pelo Ministro da Marinha e Colonias, approvar a transferencia da concessão do local «Lage da Ramella», situado entre Pombeira e Oitavos, na costa de Cascaes, districto maritimo da Capitania do Porto de Lisboa, para a exploração da pesca da sardinha por meio de armação fixa á valenciana, do nome individual de João José de Jesus, que tambem assina João José de Jesus Gomes Rosa, para a sociedade em nome colectivo, sob a firma Jesus & C.ª, constituida por escritura publica de 14 de março do corrente anno, devidamente registada no Tribunal do Commercio de Lisboa, e que o requerente organizou e de que fica fazendo parte.

Paços do Governo da Republica, em 17 de maio de 1911.—O Ministro da Marinha e das Colonias, *Amaro de Azevedo Gomes*.

Direcção Geral das Colonias**2.ª Repartição****3.ª Secção**

Despacho realizado na data abaixo indicada

Por decreto de 15 do corrente:

Alvaro de Aguiar Barbosa — confirmado, nos termos do § unico do artigo 90.º da organização approvada por decreto de 29 de julho de 1902, no logar de terceiro aspirante do circulo aduaneiro de Africa Oriental, para que foi nomeado em portaria provincial de 12 de março de 1906.

Direcção Geral das Colonias, em 20 de maio de 1911.—O Director Geral, *A. Freire de Andrade*.

3.ª Repartição

Despachos effectuados nas datas abaixo designadas

Em 12 do corrente mês:

Antonio Castanheira Nunes Junior, primeiro official do quadro dos correios da provincia de Angola — confirmado o parecer da Junta de Saude das Colonias, que lhe arbitrou sessenta dias de licença. (Pagou os respectivos emolumentos e additionaes).

Por portaria de 15 do corrente:

Antonio Teixeira da Costa, segundo sargento n.º 56/57 da companhia de telegraphistas de praça — nomeado chefe da estação telephonica de S. Thomé.

Direcção Geral das Colonias, em 20 de maio de 1911.—O Director Geral, *A. Freire de Andrade*.

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica

Annuncia-se, nos termos do decreto de 24 de março de 1911, haverem requerido Augusta da Conceição de Oliveira Pinto Pereira e Maria Barbara da Fonseca, respectivamente, viuva e mãe de Esequiel da Fonseca Pereira, que foi tenente de infantaria na provincia de Angola, onde falleceu em 20 de março de 1909, a entrega do espolio e vencimentos em divida do mesmo official, a fim de que qualquer pessoa, que tambem se julgue com direito ao dito espolio e vencimentos, requera por esta Repartição dentro do prazo de seis meses, findo o qual serão resolvidas as pretensões.

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 20 de maio de 1911.—O Chefe da Repartição, *José Augusto de Sequeira Cibia*.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS**Direcção Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares****2.ª Repartição**

Pelo encarregado do Consulado no Pará foi entregue nesta Secretaria de Estado a quantia de 120\$000 réis, em moeda portuguesa, 7\$200 réis em moeda brasileira e 30 shilling, em ouro, uma letra no valor de 100\$000 réis, dois relógios de ouro, uma bolsa de dinheiro, uma carteira com papeis, objectos estes pertencentes ao espolio de Henrique Gallis, fallecido em 2 de setembro de 1910, a bordo do vapor allemão *Rio Pardo*, ficando ainda na Alfandega de Lisboa uma mala com objectos pertencentes ao mesmo espolio.

Direcção Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares, em 20 de maio de 1911.—*A. F. Rodrigues Lima*.

MINISTERIO DO FOMENTO

Considerando que o fallecido general Silverio Augusto Pereira da Silva foi um dos mais illustres ornamentos da engenharia portuguesa, tendo desempenhado importantes commissões de serviço em que sempre affirmou superior competencia;

Considerando que, tendo prestado ao seu país os mais relevantes serviços, morreu pobre deixando nas mais difficil condições a sua viuva, o Governo Provisorio da Republica Portuguesa em nome da Republica decreta, para valer como lei, o seguinte:

Art. 1.º É concedida a D. Matilde Portugal de Barros Pereira da Silva, viuva do fallecido general Silverio Augusto Pereira da Silva, a pensão annual de 180\$000 réis que lhe deverá ser paga, sem deducção alguma, desde o dia 1 do corrente mês.

Art. 2.º A pensão a que allude o artigo 1.º é vitalicia.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 16 de maio de 1911.—*Joaquim Theophilo Braga—Antonio José de Almeida—Affonso Costa—José Relvas—Antonio Xavier Correia Barreto—Amaro de Azevedo Gomes—Bernardino Machado—Manuel de Brito Camacho*.

Não podem os estabelecimentos agricolas officiaes estar sujeitos á legislação geral da contabilidade publica, no que respeita á sua administração financeira. Nos estabelecimentos de ensino, então, é que as difficuldades mais se salientam, vendo-se os directores e os conselhos de administração obrigados a proceder de forma diversa ao que ensinam, e a recomendar aos alumnos que na vida pratica nunca devem fazer o que se pratica nas escolas.

Segundo a lei de contabilidade todas as receitas de qualquer natureza ou proveniencia devem entrar nos cofres publicos. Por esta doutrina os productos dos estabelecimentos agricolas officiaes deveriam ser vendidos e o producto da venda constituiria receita do Thesouro. Mas se o estabelecimento precisasse de alguns d'esses productos, quer para alimentação de alumnos ou de animaes, quer para sementes, teria que ir novamente comprá-los.

Para obviar ao inconveniente que tal pratica acarretava introduziu-se nos regulamentos das escolas agricolas a disposição que autorizava a utilização dos productos d'esses estabelecimentos, quer na alimentação dos alumnos, quer no seu emprego como sementes ou como forragens para os gados; e os que não pudessem ter estas applicações seriam trocados por outros utilizaveis ou vendidos em hasta publica.

Urge assentar num regime definitivo e perfeitamente legal que não dê origem a sophismas, e esse regime só pode ser a autonomia dos estabelecimentos agricolas officiaes, embora com restricções julgadas necessarias.

Nestes termos, o Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os estabelecimentos officiaes de agricultura, e especificadamente os estabelecimentos de ensino agricola, tem capacidade civil, sob a inspecção do Governo:

1.º Para adquirir, a titulo gratuito, os bens que lhes sejam transmitidos, para uso dos fins que a esses estabelecimentos competem;

2.º Para os applicar, quando sejam immediatamente utilizaveis, aos fins do estabelecimento, ou para applicar o seu producto e bem assim as dotações do Estado, destinadas a pessoal jornalheiro e a materiaes e diversas despesas;

3.º Para applicar as receitas indicadas no artigo 3.º, quando a despesa não exceda 500\$000 réis, sendo neste caso pedida autorização ao Governo;

4.º Para trocar os productos vegetaes ou animaes que não sejam utilizaveis ao estabelecimento por outros necessarios ao seu consumo.

Art. 2.º A aquisição dos bens a que se refere o n.º 1.º do artigo anterior não precisa de autorização do Governo, quando esses bens sejam transmitidos sem onus ou encargo de qualquer natureza. No caso contrario é indispensavel essa autorização e bem assim no caso de renuncia.

§ unico. A aquisição é sempre com dispensa de quaisquer direitos ou impostos.

Art. 3.º Constituem receitas dos estabelecimentos officiaes de agricultura:

1.º Os bens de que trata o n.º 1.º do artigo 1.º;

2.º As dotações que lhes forem fixadas nos orçamentos annuaes com destino a jornaes, materiaes e diversas despesas;

3.º O producto de quaesquer analyses nos gabinetes e laboratorios, pagas por particulares;

4.º Os productos agricolas ou animaes do estabelecimento;

5.º As quantias que a titulo de indemnização ou qualquer outro sejam pagas pelos alumnos dos estabelecimentos de ensino por trabalhos praticos ou outros fora das aulas obrigatorias.

§ unico. As propinas de matriculas e as mensalidades dos alumnos constituem sempre receita do Estado.

Art. 4.º As trocas a que se refere o n.º 4.º do artigo 1.º carecem de approvação do Governo, quando o valor do genero trocado exceder 200\$000 réis.

Art. 5.º Os bens comprehendidos no artigo 1.º e o seu producto ou rendimento, bem como as receitas de que trata o artigo 3.º, são arrecadados e administrados nos estabelecimentos de ensino agricola pelos respectivos conselhos de administração; e nos outros estabelecimentos onde não haja conselhos de administração pelos seus directores, depois de previa autorização do Director Geral da Agricultura, que poderá subrogar nestes funcionarios os seus direitos de estação tutelar.

Art. 6.º São exceptuados das disposições d'este decreto os serviços florestaes e aquicolas, cuja autonomia já se acha estabelecida na parte vi do decreto de 24 de dezembro de 1901, que organizou os serviços agricolas.

Art. 7.º Os directores dos estabelecimentos dependentes da Direcção Geral da Agricultura enviarão mensalmente á mesma Direcção Geral um mappa detalhado de todas as receitas e despesas autorizadas pelo presente decreto, acompanhado das notas explicativas que forem indispensaveis.

Art. 8.º Aos inspectores de agricultura e dos serviços pecuarios incumbem a fiscalização da applicação das receitas em todos os estabelecimentos agricolas officiaes das suas respectivas regiões, para o que os visitarão a meudo de modo a tornar efficaz essa fiscalização.

Art. 9.º O Governo decretará as disposições convenientes para arrecadação dos bens comprehendidos no n.º 1.º do artigo 1.º, e publicará os regulamentos indispensaveis para a mais perfeita execução d'esta lei.

Art. 10.º Este decreto com força de lei entrará desde já em vigor.

Art. 11.º Fica revogada a legislação em contrario. Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros das Finanças e do Fomento o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 16 de maio de 1911.—*José Relvas—Manuel de Brito Camacho*.

Direcção Geral da Agricultura**Repartição dos Serviços Agronomicos**

Para os devidos effectos se publica o seguinte despacho:

Em 20 de maio de 1911:

José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa Junior, agronomo de 3.ª classe do quadro — passado á situação de inactividade, por motivo de doença, nos termos do § 1.º do artigo 17.º do decreto de 28 de dezembro de 1899.

Direcção Geral de Agricultura, em 20 de maio de 1911.—O Director Geral, *Joaquim Rasteiro*.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos**1.ª Repartição****1.ª Divisão**

Despachos effectuados nas datas abaixo indicadas

Em portarias de 9 do corrente:

Emidio da Costa Lima, encarregado da estação telegrapho-postal de Villa Nova de Ourem — transferido, por conveniencia do serviço, para identico logar em Cabacos, concelho de Alvaizere, com a retribuição annual de 160\$000 réis.

Antonio de Alcobis, encarregado da estação telegrapho-postal de Cabacos — transferido, por conveniencia do serviço, para identico logar em Villa Nova de Ourem, com a retribuição annual de 200\$00 réis.

Por despacho de 18:

Augusto Simões da Conceição, segundo aspirante do quadro telegrapho-postal — mandado passar á situação de inactividade, com o vencimento por inteiro, nos termos da lei.

2.ª Divisão

Em despachos de 18 do corrente:

Joaquim da Cunha Soares e Antonio Costa Branco, distribuidores effectivos, respectivamente, das estações da Covilhã e Castello Branco, na situação de inactividade — mandados entrar na effectividade do serviço.

Antonio José, carteiro effectivo da estação central dos correios de Lisboa — mandado passar á situação de inactividade, com a totalidade do seu vencimento.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos, em 20 de maio de 1911.—O Director Geral, *Antonio Maria da Silva*.